



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA DE LOURDES TEDARDI SAQUI

**CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM RELACIONADAS À LEITURA E À
ESCRITA E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA
MINIMIZÁ-LAS**

LONDRINA
2010

MARIA DE LOURDES TEDARDI SAQUI

**CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE
APRENDIZAGEM RELACIONADAS À LEITURA E À
ESCRITA E PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA
MINIMIZÁ-LAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
da Universidade Estadual de Londrina.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Celia Regina Vitaliano

LONDRINA
2010

MARIA DE LOURDES TEDARDI SAQUI

**CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM
RELACIONADAS À LEITURA E À ESCRITA E PROCEDIMENTOS
PEDAGÓGICOS PARA MINIMIZÁ-LAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
da Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª Celia Regina Vitaliano
Universidade Estadual de Londrina

Profª. Erika Regiane
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Ednéia Haiashi
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 18 de outubro de 2010.

Dedico este trabalho ao meu marido e meu filho, que foram companheiros e grandes responsáveis pela motivação que fez dos meus sonhos realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o único e digno de toda honra e toda glória, por todas as bênçãos derramadas sobre mim durante toda essa trajetória.

Agradeço à minha orientadora Dra. Celia Regina Vitaliano, pela orientação, apoio e disponibilidade com que acompanhou a elaboração dessa pesquisa.

Ao meu marido e filho, que sempre acreditaram que eu era capaz, e por meio de palavras encorajadoras muito me estimularam.

Aos colegas de curso, pelos momentos que compartilhamos muitos deles, felizes e outros tristes, mas o que fica são as boas lembranças.

Gostaria de agradecer a minha família e amigos em, especial Silvana Morais e família, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo eu estando ausente em alguns momentos.

Ao meu pai, *in memoriam*, pelo exemplo de vida, honestidade, dignidade e sabedoria.

*Quanto melhor for a qualidade da educação,
menos importante será o papel da psiquiatria
para o próximo milênio.*

Augusto Cury, 2003.

SAQUI, Maria de Lourdes Tedardi **Caracterização das dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita e procedimentos pedagógicos para minimizá-las.** 2010. 42 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

Sabemos que o fracasso escolar aparece hoje entre os problemas de nosso sistema educacional mais estudado e discutido, provavelmente, devido ao fato de que frequentemente os professores se deparam com alunos que apresentam dificuldades para aprender os conteúdos propostos no contexto escolar. Nestas ocasiões, muitas vezes, os professores não sabem como agir para auxiliar seus alunos na superação de suas dificuldades. Considerando esta situação, o presente estudo, tem como principal objetivo buscar na literatura especializada a caracterização das dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e à escrita, bem como identificar procedimentos pedagógicos para lidar com alunos que apresentam tais dificuldades. A Dislexia pode levar a criança ao fracasso escolar, por isso, consideramos importante tecer algumas estratégias de ensino, as quais possibilitarão ao professor ensinar de maneira que melhor possibilitará a aprendizagem ao aluno disléxico.

Palavras-chave: Dislexia. Dificuldades. Transtornos. Aluno. Professor. Fracasso escolar.

Decrease, Maria de Lourdes Tedardi Characterization of learning difficulties related to reading and writing and teaching procedures to minimize them. 2010.42 p. Completion of course work (Graduation in Education) - State University of Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

We know that school failure appears today among the problems of our educational system most studied and discussed, probably due to the fact that teachers often encounter students who have difficulties to learn the content offered in the school context. On these occasions, often teachers do not know how to act to help their students in overcoming their difficulties. Given this situation, this study has as main objective to find in literature the characterization of learning difficulties related to reading and writing, as well as identify teaching procedures to deal with students that production has shown such difficulties. Dyslexia can take the child to school failure, for it was important to make some teaching strategies which will enable the teacher to teach in a way that best possibilitará the dyslexic student learning.

Key words: Dyslexia. Difficulties. Disorders. Student. Professor. School failure .

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
3 METODOLOGIA	12
4 REFERENCIAL TEÓRICO	14
4.1 DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR HISTÓRICO	14
4.2 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: RELAÇÃO ENTRE ALUNO E ENSINO.....	18
4.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
5 CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES RELACIONADAS À LEITURA E À ESCRITA.....	25
5.1 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA FAVORECER O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DIXLEXIA	33
6 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Sabemos que o fracasso escolar aparece hoje entre os problemas de nosso sistema educacional mais estudado e discutido, o assunto é bastante amplo e norteia muitas pesquisas acadêmicas.

A escolha de nossa pesquisa não se deu de forma aleatória, pois durante o tempo que passamos em sala de aula observamos que muitas crianças sentem dificuldade para aprender. Sendo assim, acreditamos na necessidade de tentarmos desvendar este labirinto que é a dificuldade que os alunos apresentam no processo de apropriação da leitura e escrita. A partir de estudos em bibliografias científicas, procuramos caracterizar o que vem a ser esta dificuldade de aprendizagem.

Não temos aqui a pretensão de solucionar esta questão e sim de apresentar análises que contribuam para compreensão do fenômeno dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e escrita. Barbosa (2007) comenta ao falar de dificuldade de aprendizagem, principalmente, do ato de aprender, que aprender é uma ação que supõe dificuldade; quando não se sabe, sendo o não-saber uma condição necessária para aprender, neste instante, espera-se que as dificuldades apareçam. Temos, portanto, dificuldades que nos desequilibram e na busca do equilíbrio, simplesmente, aprendemos.

Partindo da proposta do referido autor direcionamos nosso interesse de pesquisa, tendo em vista realizar uma investigação por meio de análises em artigos científicos que abordam as causas, características das dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e escrita e procedimentos pedagógicos que favorecem o processo de aprendizagem dos alunos que as apresentam.

Vale especificar, que ao investigarmos o fracasso escolar na literatura especializada nos deteremos às dificuldades relacionadas ao atraso da aprendizagem em relação à linguagem: leitura e escrita, especialmente as enfrentadas por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Nossa motivação está em buscar formas de lidar com estas dificuldades, visando encontrar procedimentos que permitam atender as necessidades educacionais especiais destes alunos.

Ao final do trabalho apresentaremos algumas propostas de intervenções educacionais que podem colaborar com a aquisição da leitura e escrita, especialmente para alunos que apresentam dificuldades neste processo.

A seguir apresentamos os objetivos a que nos propomos nesta pesquisa. Deste modo, o estudo presente é delineado pelos seguintes objetivos:

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Caracterizar as dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e a escrita, bem como identificar procedimentos pedagógicos para lidar com alunos que apresentam tais dificuldades.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar as dificuldades de aprendizagem referentes à leitura e à escrita;
- ✓ Identificar por meio de pesquisa bibliográfica na literatura especializada da área procedimentos pedagógicos adequados ao atendimento de alunos com dificuldades de aprendizagem, referentes à leitura e à escrita em sala de aula comum;

Compreendemos que o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na rede regular de ensino, requer professores capazes de promover sua aprendizagem e participação. Pensando nessa necessidade, buscamos realizar este estudo e acreditamos que esta pesquisa poderá auxiliar nossa prática pedagógica.

3 METODOLOGIA

Iniciou-se a pesquisa buscando a análise da teoria disponível, acerca dos conceitos referentes ao fracasso escolar na literatura especializada, especialmente nos detemos às dificuldades relacionadas ao atraso da aprendizagem em relação à linguagem, especificamente tratando da leitura e da escrita, com ênfase nas dificuldades enfrentadas por alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Com isso, a busca teórica norteou-se para breve construção histórica dos caminhos das dificuldades de aprendizagem, passando pelas inovações conceituais e legais, chegando aos procedimentos pedagógicos sugeridos para a melhoria do processo ensino-aprendizagem em situações onde se verifica o déficit, principalmente na leitura e escrita.

Este inventário bibliográfico trouxe objetividade e embasamento ao trabalho, conforme pondera Gil (1999) a pesquisa é base para descoberta de respostas aos problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Isto é, a pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. Dentre as várias categorias de pesquisas, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica. Iniciamos a presente pesquisa com intuito de averiguar se já havia publicações com respostas acerca das questões e dúvidas que havíamos levantado no início de nosso trabalho.

Sendo assim, uma boa definição do que seria a pesquisa bibliográfica é a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas. Ela constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

Dito de outra forma, o presente estudo objetivou identificar procedimentos pedagógicos para lidar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem referentes à leitura e à escrita. Para tanto, percorremos as veredas históricas referentes às dificuldades de aprendizagem, observando autores como Kiguel (1990), Piérart (1997) Mantoan (2003), Sircilli (2005), dentre outros. Em

seguida, tratamos da relação entre aluno e ensino, fundamentando-nos, principalmente, nos textos de Passeri (2003), Zorzi (2003), Salgado (2005). Abordamos ainda Educação Inclusiva, com vistas às alterações conceituais e legais do tema, bem como caracterizamos as dificuldades relacionadas à leitura e à escrita. Após estas abordagens, apresentamos algumas propostas pedagógicas para favorecer o processo de aprendizagem de alunos com dislexia.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: UM OLHAR HISTÓRICO

Durante muito tempo, a escola se colocou isenta de qualquer responsabilidade em relação ao fracasso escolar. Em um primeiro momento, nem mesmo era aventada a possibilidade de o “diferente circular na escola, visto que havia medidas excludentes adotadas para reagir às diferenças” (MANTOAN, 2003, p. 8). Em seguida, foram criados os primeiros “depósitos” de crianças com diversas dificuldades, com a terminologia “classes especiais”, cuja finalidade era manter a segregação.

Tradicionalmente associou-se a dificuldade de aprendizagem entre outras coisas, a alguma deficiência cerebral, relacionada a carências culturais, a privações econômicas e estruturais, ou a desnutrição. Nessa perspectiva o fracasso escolar era responsabilidade da criança que não aprende, ou de suas carências, mas, de qualquer forma, irremediável do ponto de vista educacional.

Com formação inicial em medicina legal, o alagoano, Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903 – 1946) junto com o bahiano Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), colocaram em prática um projeto educacional que privilegiava o estudo de crianças escolarizadas com o objetivo de classificá-las segundo seu potencial intelectual e aptidão, viabilizando tratar aqueles que apresentassem problemas de aprendizagem (SIRCILLI, 2005).

Boarine e Mendonça (2010) comentam que em 1939 Ramos publicou o livro “A criança problema”, a obra contempla um esboço do movimento de higiene mental no Brasil e no mundo, descreve o trabalho da Seção que dirigiu no Distrito Federal, relata as causas que originam as dificuldades escolares das crianças, fazendo a caracterização de vários casos atendidos na clínica, transcrevendo os registros dos pacientes e as explicações quanto à etiologia de cada distúrbio, bem como os encaminhamentos e soluções oferecidas.

Para Ramos, “a análise desses casos deveria ser feita em conjunto com o exame do lar e da escola” (RAMOS apud SIRCILLI, 2005, p. 190). Arthur Ramos, integrado à Escola Nova, movimento educacional renovador em oposição ao

ensino tradicional existente, sugere que os pais busquem compreender objetivamente os problemas dos filhos, assumindo suas responsabilidades na formação psicológica deles. Os trabalhos de Ramos e Teixeira estavam sendo desenvolvidos de forma frutífera, infelizmente, sofreram severas restrições:

[...] devido ao golpe de estado de Getúlio Vargas, que instalou o Estado Novo e proclamou uma nova Constituição em 1937. Mas sofreram severas restrições [...] em virtude desse quadro político uma nova concepção de educação passou a vigorar, cerceando a liberdade e as iniciativas dos educadores, fazendo com que o trabalho do Instituto se tornasse inviável. Contribuíram também para isso a aproximação da Segunda Guerra Mundial e as condições deficitárias do Brasil, em especial no Rio de Janeiro, com o colapso no setor da alimentação, a crise de habitações, os índices alarmantes de mortalidade e delinquência infantil e o problema do menor abandonado. Após alguma resistência perante a nova ordem em vigor, só restou à instituição fechar suas portas (SIRCILLI, 2005, 192).

Ramos reconheceu que em um clima de ditadura, a plena educação como projeto humanizante tornava-se inviável, haja vista que as imposições do regime impedem o livre desenvolvimento da pesquisa científica. Anísio Teixeira (1967), em seu livro “Educação é um Direito” revela que a revolução de 30, ainda não havia representado um avanço significativo na constituição de uma nação livre.

A revolução de 30 marca um período crítico dessa integração, que se vai consumir, quinze anos mais tarde, com o estabelecimento de uma constituição democrática e a conquista, ao que se parece definitiva, do sufrágio universal. Até então, a máquina política, embora formalmente democrática pudera ser manipulada pela chamada elite, que se assegurava, deste modo, uma representação política homogênea, isto é, limitada ao grupo dominante (TEIXEIRA, 1967, p. 42).

Arthur Ramos, procura desde o início de seu estudo, diferenciar criança problema das chamadas “anormais”, uma terminologia muito utilizada na época. O próprio autor considerava que o termo “anormal” é impróprio em todos os sentidos, ou seja, já no início do século XX, Ramos verificava problemas na utilização da terminologia. Isso porque muitas crianças com qualquer problema de aprendizagem já recebiam esse rótulo, sendo que seu maior problema era de origem social ou familiar.

[...] muitos casos classificados mesmo como atraso mental, são realmente de falsos atrasos [...] as crianças ‘caudas de classe’ nas Escolas, insubordinadas, desobedientes, instáveis, mentirosas, fujonas... na sua grande maioria não são portadoras de nenhuma ‘anomalia’ moral, no sentido constitucional do termo. Elas foram ‘anormalizadas’ pelo meio. Como o homem primitivo cuja ‘selvageria’ foi uma criação de civilizados também na criança, o conceito de ‘anormal’ foi antes de tudo, o ponto de vista adulto, a consequência de um enorme sadismo inconsciente de pais e educadores (RAMOS, 1950, p. 18).

A fim de fugir da conotação “normal” e “anormal” que como demonstrou Ramos (1950) é insuficiente para categorizar uma criança com dificuldades de aprendizagem e de adaptação ao meio escolar, o autor criou o conceito da criança problema. Seja por seus estudos versando sobre Psicanálise e Educação, na qual:

[...] defende a aplicação de teorias psicanalíticas na escola, não como método para substituir os já existentes, mas como instrumento de auxílio na solução dos problemas da prática educacional. No plano das realizações administrativas de Ramos, que contribuíram para seus desenvolvimentos teóricos, é inegável o valor histórico do Instituto de Higiene Mental, no qual procurou viabilizar o proposto intercâmbio entre várias correntes psicanalíticas e a prática educacional (SIRCILLI, 2005, p. 192).

Entre a década de 50 e 60, acreditava-se que os distúrbios de leitura e escrita fossem devido aos déficits psicomotores, como de motricidade geral, lateralidade, orientação direita-esquerda (PIÉRART, 1997).

Observamos que a partir da década de 50 os estudos sobre as dificuldades de aprendizagem procuraram encontrar explicações a parti das perturbações perspectivas, visuais e auditivas. Assim começaram a surgir vários programas educativos e o termo dislexia começou a aparecer, Capovilla e Capovilla (2000) dizem que nessa época os principais testes para diagnóstico da dislexia enfatizavam o fracasso como uma dificuldade visual fina e de orientação espacial, os quais foram diagnosticados pelos seguintes testes: O teste de Estruturação Visuo-Motora (BENDER, 1938 apud CLAWSON, 1979), o teste de Figuras Complexas (REY, 1959), o Teste de Desenvolvimento da Percepção visual (FROSTIG, 1973) e o teste de Orientação Direita-Esquerda de Piaget-head (GAUFRET-GRANJON, 1977).

Os distúrbios associados às dificuldades de leitura muitas vezes são tomados (erroneamente) como a causa. As evidências empíricas atuais não dão apoio à hipótese de que esses fatores estejam na origem das dificuldades de leitura, porém isto não elimina a possibilidade de que uma dificuldade real em processamento visual poderia causar dificuldades de leitura, pelo menos em algumas crianças (DOCKRELL; MACSHANE, 2000). Essas crenças deram suporte, durante muito tempo, às abordagens de intervenção baseadas na estimulação psicomotora, hoje bastante questionada.

De acordo com Rutter, em 1968 a Federação Mundial de Neurologia define a dislexia como sendo um Transtorno de aprendizagem da leitura que ocorre apesar de uma inteligência normal, da ausência de problemas sensoriais ou neurológico de uma instrução escolar adequada e de oportunidades culturais suficientes; além disso, depende de uma perturbação de aptidões cognitivas fundamentais muitas vezes de origem constitucional (apud VAN HOUT; ESTIENNE, 2001, p. 20).

Esta definição foi criticada e posteriormente alterada, pois ela considerava a possibilidade da dislexia do desenvolvimento coexistir com qualquer outra patologia não causadora dessa incapacidade.

A partir da década de 70 estudos realizados por profissionais americanos, constataram que as dificuldades de aprendizagem advêm das péssimas condições de vida da criança. Criou-se a teoria da posição (carência cultural) cultural, surgindo à tendência de questionar a responsabilidade da escola perante os meios, métodos e técnicas de alfabetização (ARRUDA; ARRUDA, 2009).

Nesse período, de acordo com Rutter (1976) a dislexia é tratada como um “atraso específico na leitura” (apud VAN HOUT; ESTIENNE, 2001, p. 29) diferenciando-se de um atraso simples no processo de aprendizagem em geral.

Segundo Kiguel (1990, p. 16) na escola é exigido das crianças que elas “reproduzam, memorizem e copiem e não que transformem, observem e expliquem”. Essa exigência está ultrapassada, entretanto a psicopedagogia tem tentado entender o processo de aprendizagem levando em consideração o meio em que a criança vive, mostrando esse processo como histórico. Em razão disto, nos últimos tempos muito se tem falado acerca de uma educação que seja inclusiva, que seja capaz de alcançar todos, considerando a individualidade inerente do ser humano.

4.2 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: RELAÇÃO ENTRE ALUNO E ENSINO

Falar em dificuldades de aprendizagem nos dias atuais não é tarefa fácil, são muitas as definições e características relacionadas a este conceito. Dessa forma, pode-se dizer que as definições de dificuldades de aprendizagem podem variar conforme os países e autores estudados.

Dentro desta variedade de definições existem autores que buscam uma separação entre o que seria denominado problema, dificuldade ou distúrbio de aprendizagem. Para Passeri (2003), o termo distúrbio de aprendizagem diz respeito a comprometimentos neurológicos e o termo dificuldades de aprendizagem refere-se a problemas surgidos na área acadêmica, independente destes serem fatores internos ou externos ao indivíduo.

Segundo Passeri (2003, p. 29), dificuldade de aprendizagem “envolve os termos ‘dificuldade escolar’ e ‘problemas de aprendizagem’”. Diante de tais afirmações pode-se dizer que as crianças com dificuldades de aprendizagem não apresentam baixa inteligência, mas sim problemas específicos para aprender. Para Zorzi (2003, p. 13) “ler e escrever são atos sociais significativos”, no entanto, essas ações têm uso e funções variadas na sociedade, “escrever não se limita a traçar letras que representam sons e palavras e tampouco a leitura está restrita a decodificar os sons que as letras representam”.

Ler e escrever, portanto, são conhecimentos que não podem ser reduzidos a alguns de seus aspectos, como dominar letras, decodificá-las, traçá-las. O aprendizado da leitura e escrita está relacionado ao conhecimento das “várias funções que linguagem escrita pode ter em termos sociais, as muitas variadas formas ou em diferentes graus”. (ZORZI, 2003, p. 14).

O número de crianças com dificuldade de aprendizagem tem sido cada vez mais crescente na realidade educacional brasileira, de acordo com Salgado (2005, p. 40) “as principais queixas referem-se às questões de leitura, escrita e cálculo matemático.” O termo dificuldade de aprendizagem vem sofrendo diversas influências durante sua evolução histórica. As diferentes perspectivas de dificuldades de aprendizagem apontam para focos variados como tendências médicas e orgânicas ou tendências pedagógicas e psicológicas, verifica-se portanto, que estas tendências, muitas vezes, apresentam-se controversas, pois

[...] as teorias das dificuldades de aprendizagem são controversas, conceitualmente confusas e raramente apresentam dados de aplicação educacional imediata. Mesmo com uma grande panorâmica e com um grande potencial de investigação, as teorias das dificuldades de aprendizagem continuam a ser muito complexas e muito pouco consistentes (FONSECA, 1995, p. 57-58).

O fato de existirem crianças que não conseguem alcançar sucesso na aprendizagem escolar sempre incomodou os estudiosos das diversas áreas do saber. Analisando os problemas de aprendizagem, chega-se a variados termos e definições, sem, contudo, poder se formular um conceito pronto e acabado. Para Ciasca (2003) Distúrbio de Aprendizagem (DA) é uma disfunção do Sistema Nervoso Central, portanto “um problema neurológico relacionado a uma falha na aquisição do processamento, ou ainda no armazenamento da informação, envolvendo áreas e circuitos neuronais específicos em determinado momento do desenvolvimento.” (CIASCA, 2003, p. 5).

Cabe salientar que, além das Dificuldades de Aprendizagem (DA) temos também a Dificuldade Escolar em que “a criança que não aprende pode ter um problema pedagógico relacionado à falta de adaptação ao método de ensino, à escola, ou que tenha outros problemas de ordem acadêmica.” (CIASCA, 2003, p. 5).

Dentre as manifestações de Dificuldades de Aprendizagem, os pesquisadores, como Barros (2010) e Ciasca (2003) empreenderam algumas categorizações, a saber:

a) Dislexia: Dislexia é uma dificuldade específica de aprendizado da Linguagem: em leitura, soletração, escrita, em linguagem expressiva ou receptiva, em razão e cálculo matemáticos, como na linguagem corporal e social. Não tem como causa falta de interesse, de motivação, de esforço ou de vontade, como também com acuidade visual ou auditiva como causa primária.

b) Disgrafia: é caracterizada por problemas com a linguagem escrita, que dificulta a comunicação de idéias e de conhecimentos através desse específico canal de comunicação. Sua dificuldade espacial se revela na falta de domínio do traçado da letra, subindo e descendo a linha demarcada para a escrita. Há disgráficos com letra mal grafada, mas inteligível, porém outros cometem erros e borrões que quase não deixam possibilidade de leitura para sua escrita cursiva, embora eles mesmos sejam capazes de ler o que escreveram. É comum que disgráficos também tenham dificuldades em matemática.

c) **Discalculia:** é a dificuldade para cálculos e números, de um modo geral os portadores não identificam os sinais das quatro operações e não sabem usá-los, não entendem enunciados de problemas, não conseguem quantificar ou fazer comparações, não entendem sequências lógicas e outros. Esse problema é um dos mais sérios, porém ainda pouco conhecido.

d) **Dislalia:** é a dificuldade na emissão da fala, apresenta pronúncia inadequada das palavras, com trocas de fonemas e sons errados, tornando-as confusas. Manifesta-se mais em pessoas com problemas no palato, flacidez na língua ou lábio leporino.

e) **Disortografia:** é a dificuldade na linguagem escrita e também pode aparecer como consequência da dislexia. Suas principais características são: troca de grafemas, desmotivação para escrever, aglutinação ou separação indevida das palavras, falta de percepção e compreensão dos sinais de pontuação e acentuação.

f) **Deficiência de atenção:** É a dificuldade de concentrar e de manter concentrada a atenção em objetivo central, para discriminar, compreender e assimilar o foco central de um estímulo. Esse estado de concentração é fundamental para que, através do discernimento e da elaboração do ensino, possa completar-se a fixação do aprendizado. A Deficiência de Atenção pode manifestar-se isoladamente ou associada a uma linguagem corporal que caracteriza a hiperatividade ou, opostamente, a hipoatividade.

g) **Hiperatividade:** Refere-se à atividade psicomotora excessiva, com padrões diferenciais de sintomas: o jovem ou a criança hiperativa com comportamento impulsivo é aquela que fala sem parar e nunca espera por nada; não consegue esperar por sua vez, interrompendo e atropelando tudo e todos. Porque age sem pensar e sem medir consequências, está sempre envolvida em pequenos acidentes, com escoriações, hematomas, cortes. Um segundo tipo de hiperatividade tem como característica mais pronunciada, sintomas de dificuldades de foco de atenção. É uma superestimulação nervosa que leva esse jovem ou essa criança a passar de um estímulo a outro, não conseguindo focar a atenção em um único tópico. Assim, dá a falsa impressão de que é desligada mas, ao contrário, é por estar ligada em tudo, ao mesmo tempo, que não consegue concentrar-se em um único estímulo, ignorando outros.

h) Hipoatividade – caracteriza-se por um nível baixo de atividade psicomotora, com reação lenta a qualquer estímulo. Trata-se daquela criança chamada "boazinha", que parece estar, sempre, no "mundo da lua", "sonhando acordada". Comumente o hipoativo tem memória pobre e comportamento vago, pouca interação social e quase não se envolve com seus colegas

Alguns desses problemas de aprendizagem podem ser apontados pelos professores, que têm um papel de suma importância nesse processo. Ao suspeitar do problema o professor pode encaminhar o aluno aos profissionais que possuem formação específica para diagnosticarem o “problema” que está causando dificuldade de aprendizagem no seu aluno. Vale ressaltar que os professores podem ser os mais importantes no processo de identificação e descoberta desses “problemas”, porém não possuem formação específica para efetuar tais diagnósticos, que devem ser feitos por médicos, psicólogos e psicopedagogos. O papel do professor se restringe em observar o aluno e auxiliar o seu processo de aprendizagem, tornando as aulas mais motivadas e dinâmicas, não rotulando o aluno, mas dando-lhe a oportunidade de descobrir suas potencialidades.

Nesse sentido, concordamos com a posição de Fonseca (1995) com relação às dificuldades de aprendizagem, devemos adotar uma postura interacional e dialética, ou seja, procurar integrar os indivíduos, na escola, na família, pois “as condições internas (neurobiológicas) e as condições externas (sócio-culturais) desempenham funções dialéticas (psicoemocionais) que estão em jogo na aprendizagem humana.” (FONSECA, 1995, p. 12).

Em face das necessidades educativas presentes, a escola continua sendo lugar de mediação cultural, e a pedagogia, ao viabilizar a educação, constitui-se como prática cultural intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos. As dificuldades de aprendizagem continuam existindo e não podem ser ignoradas, mas sim desafiadas por nós educadores. Diante disso, refletiremos acerca das dificuldades relacionadas com a leitura e a escrita e o processo de inclusão destes alunos no contexto escolar.

4.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Há mais de quarenta anos as nações do mundo afirmaram na Declaração Universal dos Direitos humanos que “toda pessoa tem direito à educação”. No entanto, apesar dos esforços realizados por países do mundo inteiro para assegurar o direito à educação para todos, ainda temos casos de crianças que nem mesmo conseguiram ter acesso à escola primária.

O documentário elenca que a educação pode contribuir para conquista um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que ao mesmo tempo favoreça ao progresso social, econômico e cultural e ao admitir que, em termos gerais, a educação apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que deve estar universalmente disponível, assim entre essas e outras questões foi proclamada a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem (UNESCO, 1998).

De acordo com o art. 1 Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, tem por objetivo:

1. Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. [...]
2. A satisfação dessas necessidades confere aos membros de uma sociedade a possibilidade e, ao mesmo tempo, a responsabilidade de respeitar e desenvolver a sua herança cultural, linguística e espiritual, [...]
3. Outro objetivo, não menos fundamental, do desenvolvimento da educação é o enriquecimento dos valores culturais e morais comuns. [...]
4. A educação básica é mais do que uma finalidade em si mesma. Ela é a base para a aprendizagem e o desenvolvimento humano permanentes, sobre a qual os países podem construir, sistematicamente, níveis e tipos mais adiantados de educação e capacitação (UNESCO, 1998).

A Educação para Todos almejava o aumento de vagas nos sistemas de ensino e a inclusão das minorias excluídas do meio educacional. Vale ressaltar que, embora esses objetivos tenham sido alcançados apenas parcialmente em alguns países, e em outros não tenha saído do papel, a inclusão das minorias tornou-se assunto discutido internacionalmente, nas diferentes esferas sociais e

educacionais, constituindo, neste sentido, uma importante conquista para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE).

Na Conferência realizada em Salamanca em 1994 com a participação de países do mundo inteiro, a qual teve como consequência a elaboração da declaração de Salamanca a respeito dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais pode-se verificar algumas recomendações sobre a inclusão de forma a visar melhorias no atendimento educacional aos indivíduos que apresentam necessidades. Vale dizer que esta Conferência teve como objetivo a busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram sem atendimento educacional adequado (UNESCO, 1998).

Na Declaração de Salamanca é percebida a orientação para uma gestão em parceria com a comunidade. Ela cita a necessidade de ação conjunta entre as associações de bairros, as famílias os professores e os administradores escolares no fomento de melhorias ao acesso do aluno de necessidades educacionais.

Igualmente aos outros documentos geridos em outros encontros, a Declaração de Salamanca aponta para a necessidade de uma gestão democrática que assegure a democracia no âmbito escolar, visando à melhoria da qualidade do ensino, instituindo, por meio do diálogo com diversos segmentos da sociedade, de modo a possibilitar o acesso dos portadores de deficiência no contexto escolar.

Assim, o movimento pela inclusão cresceu e se consolidou especialmente no final século XX, buscando garantir processos educacionais democráticos e inclusivos, preocupados em garantir direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais.

Nessa linha de ação, surge o conceito de necessidades educacionais, que se referem a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais diferentes dos demais alunos da classe em algum momento de sua escolaridade. Assim, cabe às escolas trabalharem com intuito de desenvolver uma pedagogia abrangente e centrada no processo de aprendizagem de seus alunos. “A escola deve buscar refletir sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se está voltado para a diversidade” (SEESP/MEC, 2006, p. 14)

Considerando que a população de alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem pode ser identificada como fazendo parte do grupo de alunos com NEE, a escola deve buscar atender as necessidades que esses apresentam.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1994) assegura aos alunos “especiais” um ensino integrador “que se prolongue posteriormente na integração à sociedade” (COLL et al., 2004, p. 26). O aluno que apresenta necessidade não pode ser excluído do ambiente escolar, ele deve ser recebido e incluído, pois é obrigação do poder público garantir o seu direito à educação.

Portanto, cada vez mais, fica evidente a necessidade de se aprender a conviver com o “diferente”, o que nos resta é buscar meios para que a inclusão ocorra de fato e que ela possa se concretizar como uma grande conquista do século XXI. Este discurso é latente em diversas esferas da sociedade e os educadores não estão isentos desse movimento, que instaura na escola a necessidade de se repensar as dificuldades dos alunos com relação à aprendizagem.

5 CARACTERIZAÇÃO DAS DIFICULDADES RELACIONADAS À LEITURA E À ESCRITA - DISLEXIA

Dominar a leitura e a escrita corresponde a um dos fatores básicos para a garantia do desenvolvimento escolar, pois é a partir dessas capacidades que se assentarão as futuras aprendizagens. Zorzi (1998) acredita que as alterações no processo de aquisição da escrita podem privar a criança de ter acesso a uma série de conhecimentos, fato que acarreta dificuldade em sua evolução escolar o que acaba “causando danos evidentes tanto no plano afetivo quanto social” (ZORZI, 1998, p. 13).

Ciasca (2003) ao elaborar um texto para professores sobre Distúrbio de Aprendizagem (DA) reflete um pouco sobre o difícil ato de aprender e como a aprendizagem se dá e se desenvolve. A autora acredita que a aprendizagem pode ser definida como um processo evolutivo e constante que implica uma sequência de modificações observáveis e reais no comportamento do indivíduo (físico e biológico) e no meio que o rodeia (atuante e atuado). Assim,

[...] o cérebro humano é um sistema complexo, que estabelece relações com o mundo que o rodeia. São duas as suas especificidades: a primeira é referente às vias que levam, da periferia ao córtex, informações provenientes do mundo exterior; a segunda diz respeito aos neurônios. São estas características que permitem determinar áreas motoras, sensoriais, auditivas, ópticas, olfativas, etc., estabelecendo noções exatas e ricas no aprendizado (CIASCA, 2003, p. 4).

Muitas são as causas que têm sido descritas por aqueles que se dedicam a estudar as Dificuldades de Aprendizagens. No que diz respeito à aquisição da linguagem podemos dizer que algumas das razões mais divulgadas dizem respeito à

[...] déficits visuais ou auditivos, a um domínio pouco desenvolvido de fala e linguagem, a déficits neurológicos, a problemas gerais de saúde, à imaturidade, a fatores emocionais, familiares e sociais. Atualmente, tem-se também apontado para a questão da inadequação dos métodos escolares e da postura pouco estimulante de muitos professores (ZORZI, 1998, p. 13).

Ciasca (2003, p. 6-7) conclui que dentro dos distúrbios específicos de aprendizagem a “Dislexia é, teoricamente, o mais comum. Porém na prática o que se vê com maior frequência é, sem dúvida, o distúrbio generalizado de leitura, escrita e raciocínio matemático”.

Muitas vezes nos deparamos com alunos que apresentam dificuldade em ler, ou seja, tropeçam nas letras ou não conseguem escrever sem trocar letras e até mesmo palavras. Talvez esta criança possa estar apresentando indicações de dislexia. Dislexia originou-se do grego *dus* = difícil, dificuldade; *lexis* = palavra. A qual se caracteriza como um transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração.

A direção entre crianças que apresentam distúrbios de aprendizagem gerais, e, portanto, apresentam problemas com a maioria das matérias escolares, daquelas que apresentam uma dificuldade específica em leitura, por exemplo. As crianças cujo nível geral de desenvolvimento intelectual é normal, mas que apesar disso apresentam dificuldades em tarefas específicas – leitura - são classificadas como sendo uma “dificuldade específica de aprendizagem” (DOCKRELL; SHANE, 2000, p. 32) – nesse caso, dificuldade específica de aprendizagem da leitura, também denominada dislexia de desenvolvimento.

Lyon (1995, p. 2), considera que a dislexia seja

[...] um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico de origem constitucional caracterizado por uma dificuldade na decodificação de palavras simples que, como regra, mostra uma insuficiência no processamento fonológico. Essas dificuldades não são esperadas com relação à idade e a outras dificuldades acadêmicas cognitivas; não são um resultado de distúrbios de desenvolvimento geral nem sensorial. A dislexia se manifesta por várias dificuldades em diferentes formas de linguagem frequentemente incluindo, além das dificuldades com leitura, uma dificuldade de escrita e de soletração.

No Brasil, atualmente, a Associação Brasileira de Dislexia (ABD) se apresenta como ponto de apoio às famílias e disléxicos. Seu público constituído de disléxicos de todas as idades, familiares, professores, profissionais da área educacional e clínica, podem contar com orientação direcionada, diagnósticos e encaminhamentos, cursos, etc., de maneira científica. De acordo com a ABD no que diz respeito à dificuldade em relação à leitura e à escrita, podemos nos deparamos com uma incapacidade específica de aprendizagem – dislexia- “[...] um distúrbio ou

transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula. Pesquisas realizadas em vários países mostram que entre 05% e 17% da população mundial é disléxica” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2010).

Mousinho (2003), professora da graduação em fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da UFRJ, explica que uma dos motivos de que alguns alunos inteligentes não conseguem ter um bom rendimento acadêmico pode estar relacionado aos distúrbios de aprendizagem, assim como já afirmou também Ciasca (2003). De acordo com Mousinho a dislexia é:

[...] um transtorno ESPECÍ-FICO de leitura; um funcionamento peculiar do cérebro para o processamento da linguagem; um déficit linguístico, mais especificamente uma falta de habilidade no nível fonológico; uma dificuldade específica para aprendizagem da leitura bem como para reconhecer, soletrar e decodificar palavras. Podemos também excluir a presença de dificuldades visuais, auditivas, problemas emocionais, distúrbios neurológicos ou dificuldades socioeconômicas como origem do transtorno (MOUSINHO, 2003, p. 26, grifo do autor).

A leitura é uma atividade complexa e não um processo natural. Portanto, é necessário compreendermos tudo o que é preciso para lermos bem. Os disléxicos “têm alterações básicas que prejudicam as atividades de análise, fundamentais para a leitura, apesar de apresentarem muitas vezes facilidade nas tarefas de construção.” (MOUSINHO, 2003, p. 27). Para uma melhor compreensão da aquisição à leitura, Mousinho (2003) faz uma explicação, pautando-se no modelo genético de Uta Frith descrito por três estratégias, pelas quais todas as crianças passariam durante o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, são eles:

- **Estratégia Logográfica:** Correspondência global da palavra escrita com o respectivo significado. Produção instantânea das palavras, apresentadas de acordo com suas características gráficas, sem possibilidade de análise. Exemplo: COCA-COLA e BOLA - palavras memorizadas como se fossem fotografias; não há uma leitura propriamente dita.
- **Estratégia Alfabética:** Capacidade de segmentar a palavra em fonemas, o que demanda consciência fonológica. Aplicação das regras de conversão fonema-grafema. Escrita de palavras novas e inventadas.

Escrita com apoio na oralidade. Exemplo de decodificação sequencial: PATO e CAVALO – pode-se ler na ordem das letras, que não provoca alterações. Exemplo de decodificação hierárquica: GIRAFa e CAMPO – é necessário prever qual o grafema que vem depois, para atribuir o valor sonoro à letra precedente. Caso contrário, a criança pode ler GUIRRAFA, pois normalmente o G possui esse som e o R, idem. Na escrita, por mais que conheça a regra, se a criança não puder prever o grafema que vem depois (P ou B ou outra consoante), colocará, aleatoriamente um M ou N.

- **Estratégia Ortográfica:** Já devemos ter experiência suficiente com a leitura para montarmos um dicionário visual das palavras (léxico). Acesso visual direto à palavra. Agiliza a leitura e atinge o significado mais rapidamente. Permite escrita de palavras irregulares. Uso de analogias lexicais de palavras conhecidas para escrever novas palavras. Exemplos: TÁXI e EXERCÍCIO – só é possível ler corretamente se já estiver no léxico. Caso contrário, o X pode ser lido com o mesmo som de caiXa. SINTO e CINTO – para se escreverem corretamente, os dois já devem fazer parte do léxico que, como todo dicionário, possui o significado de cada um.

De acordo com Mousinho (2003), o disléxico apresentaria uma dificuldade mais importante na estratégia alfabética, alguns teriam dificuldade de chegar a esta fase, ficando presos a uma leitura do tipo logográfica e, conseqüentemente, a estratégia ortográfica ficaria prejudicada. A autora complementa que em relação ao processamento de leitura Ellis e Young referem à existência de duas vias de acesso: a rota fonológica e a rota lexical, as quais estão relacionadas ao processamento de leitura e escrita, que vem a ser identificado pela leitura em voz alta. Mousinho afirma que “alterações nestas rotas indicariam o tipo de dislexia (fonológica ou lexical).” (MOUSINHO, 2003, p. 29).

Segundo Moraes (1997), as crianças disléxicas possuem um nível intelectual normal ou acima da média, apesar de suas dificuldades de leitura e escrita. A Associação Brasileira de dislexia adverte que ser disléxico não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica ou baixa inteligência. É uma condição hereditária por alteração genética, apresentando ainda alterações no padrão neurológico.

Smith e Strick, (2001, p. 14) também consideram que os alunos com dislexia:

[...] têm dificuldades de aprendizagem, problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações. Consideradas raras no passado, as dificuldades de aprendizagem supostamente afetam, hoje em dia, pelo menos 5% da população, ou mais de 12 milhões de americanos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2010).

Embora as dificuldades de aprendizagem tenham se tornado focos de pesquisas mais intensas nos últimos anos, elas ainda são pouco entendidas pelo público em geral. Então, algumas das dificuldades apresentadas pelas crianças no ambiente escolar podem ser resultados desta falta de informações acerca das dificuldades de aprendizagem, que muitas vezes, apresentam enganos, até mesmo por parte de professores e profissionais da educação. Acrescentam Smith e Strick (2001, p. 14) que “os especialistas concordam que muitas crianças não estão indo tão bem quanto poderiam na escola em virtude de deficiências que não foram identificadas.”

Entender como aprendemos e o porquê de muitas pessoas inteligentes e, até, geniais experimentarem dificuldades paralelas em seu caminho diferencial do aprendizado, é desafio que a Ciência vem desvelando paulatinamente, em 130 anos de pesquisas. E com o avanço tecnológico de nossos dias, com destaque ao apoio da técnica de ressonância magnética funcional, as conquistas dos últimos dez anos têm trazido respostas significativas sobre o que é Dislexia.

A dislexia pode ser caracterizada como uma síndrome que pode ser identificado no processo de alfabetização, pois quando a criança apresenta dificuldade em reconhecer e entender precisamente os códigos linguísticos, muitas vezes, não identifica palavras familiares. Vale ressaltar que, os disléxicos têm inteligência normal e condições adequadas em seu meio e em seu ensino, não apresentam doenças neurológicas ou psiquiátricas ou alterações significativas auditivas e visuais. Uma pessoa com dislexia “não tem dificuldades de compreensão. Ela não compreende o texto porque não consegue dominar o primeiro objetivo da leitura, que é o reconhecimento da palavra (ESTILL, 2003, p. 68).

Para Zorzi a dislexia está relacionada às “inabilidades ou dificuldades para o aprendizado da leitura-escrita em razão de causas que ainda não são claramente conhecidas ou determinadas.” (ZORZI, 1998, p. 13).

Não é considerada uma doença, na verdade se apresenta como um funcionamento peculiar do cérebro para os processamentos linguísticos. O dislético tem dificuldade para associar o símbolo gráfico, as letras, com o som que elas representam, e organizá-los, mentalmente, numa sequência temporal.

Esse transtorno pode ser identificada desde cedo - já que nasce com o indivíduo - principalmente na alfabetização, quando a leitura e escrita são formalmente apresentadas à criança. Os profissionais que realizam o seu diagnóstico são fonoaudiólogos, que trabalham junto a psicólogos especializados no assunto. Os adultos que tiverem feito um tratamento adequado, terão desenvolvido estratégias que compensarão estas dificuldades, facilitando-lhes a vida acadêmica.

Braggio (2006), alerta que é na escola que a dislexia, de fato, aparece, embora haja dislético que revelam suas dificuldades em outros ambientes e outras situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e a escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas.

Sempre houve disléticos nas escolas. Entretanto, a escola que conhecemos certamente não foi feita para o dislético. Objetivos, conteúdos, metodologias, organização, funcionamento e avaliação nada têm a ver com ele. Não é por acaso que muitos alunos que apresentam dislexia não sobrevivem à escola e são por ela preteridos. E os que conseguem resistir a ela e diplomar-se fazem -no, astuciosa e corajosamente, por meio de artifícios, que lhes permitem driblar o tempo, os modelos, as exigências burocráticas, as cobranças dos professores, as humilhações sofridas e, principalmente, as notas.

A inclusão do aluno dislético na escola, como pessoa que apresenta necessidade educacional, está garantida e orientada por diversos textos legais e normativos.

A Lei 9.394, de 20/12/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), por exemplo, prevê que a escola o faça a partir do artigo 12, inciso I, no que diz respeito à “elaboração e à execução da sua Proposta Pedagógica”; e ainda no inciso V, do mesmo artigo, “diz que a escola deve prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (BRASIL, 1996).

No que diz respeito à incumbência dos docentes encontra-se no artigo 13 que são os docentes que devem “zelar pela aprendizagem dos alunos” e assim estabelecer “formas de recuperação para os alunos de menor rendimento” completa o inciso IV do mesmo artigo (BRASIL, 1996).

Ao considerarmos o que está previsto em lei, nós enquanto professores devemos nos comprometer com a nossa prática pedagógica. Desta forma devemos inserir nossos alunos no ambiente de ensino-aprendizagem. Não podemos permitir que nossos alunos, que apresentam dificuldades sejam excluídos.

Sabemos que não é cabível ao professor diagnosticar os alunos como distúrbios, mas ele é uma figura importantíssima na descoberta das dificuldades apresentadas por seus alunos. O professor deve ficar atento caso a criança seja filha ou possua outros parentes disléxicos, pois apesar de ser um problema neurológico, a dislexia também está relacionada com a genética e pode ser hereditária, então a criança deve passar pelo processo de avaliação realizada por uma equipe multidisciplinar especializada.

A Associação Brasileira de Dislexia (2010) elaborou algumas recomendações que poderão auxiliar tanto com os pais quanto aos professores no momento de verificar se a criança deve ser encaminhada para diagnósticos relacionados à dificuldade em relação à leitura e à escrita. Assim vale a alerta quando ocorrer com frequência:

- Dificuldades com a linguagem e escrita;
- Dificuldades em escrever;
- Dificuldades com a ortografia;
- Lentidão na aprendizagem da leitura.
- Disgrafia (letra feia)
- Discalculia, dificuldade com a matemática, sobretudo na assimilação de símbolos e de decorar tabuada;
- Dificuldades com a memória de curto prazo e com a organização;
- Dificuldades em seguir indicações de caminhos e em executar sequências de tarefas complexas;
- Dificuldades para compreender textos escritos;
- Dificuldades em aprender uma segunda língua.

Às vezes a criança poderá apresentar:

- Dificuldades com a linguagem falada;
- Dificuldade com a percepção espacial;
- Confusão entre direita e esquerda.

Durante a Pré-Escola os professores e pais devem alertar-se ao aparecimento destes sintomas:

- Dispersão;
- Fraco desenvolvimento da atenção;
- Atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem;
- Dificuldades em aprender rimas e canções;
- Fraco desenvolvimento da coordenação motora;
- Dificuldade com quebra cabeça;

- Falta de interesse por livros impressos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2010).

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA (2010) alerta que, alguns dessas características não indicam, necessariamente, que a criança seja disléxica. Pois, há outros fatores a serem observados, porém, com certeza, estaremos diante de um quadro que pede uma maior atenção ou estimulação.

Em idade escolar, a criança continua apresentando algumas ou vários das características a seguir, é necessário um diagnóstico e acompanhamento adequado, para que possa prosseguir seus estudos junto com os demais colegas e tenha menos prejuízo emocional. Portanto, com relação à dificuldade na aquisição e automação da leitura e escrita, as crianças poderão apresentar:

- Pobre conhecimento de rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras);
- Desatenção e dispersão;
- Dificuldade em copiar de livros e da lousa;
- Dificuldade na coordenação motora fina (desenhos, pintura) e/ou grossa (ginástica, dança, etc.);
- Desorganização geral, podemos citar os constantes atrasos na entrega de trabalhos escolares e perda de materiais escolares;
- Confusão entre esquerda e direita;
- Dificuldade em manusear mapas, dicionários, listas telefônicas, etc...
- Vocabulário pobre, com sentenças curtas e imaturas ou sentenças longas e vagas;
- Dificuldade na memória de curto prazo, como instruções, recados, etc...
- Dificuldades em decorar sequências, como meses do ano, alfabeto, tabuada, etc..
- Dificuldade na matemática e desenho geométrico;
- Dificuldade em nomear objetos e pessoas (dismnias)
- Troca de letras na escrita;
- Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua;
- Problemas de conduta como: depressão, timidez excessiva ou o "palhaço" da turma;
- Bom desempenho em provas orais (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2010).

Se nessa fase a criança não for acompanhada adequadamente, as ocorrências persistirão e irão permear a fase adulta, com possíveis prejuízos emocionais e conseqüentemente sociais e profissionais.

Se não teve um acompanhamento adequado na fase escolar ou pré-escolar, o adulto disléxico ainda apresentará dificuldades, tais como:

- Continuada dificuldade na leitura e escrita;
- Memória imediata prejudicada;
- Dificuldade na aprendizagem de uma segunda língua;
- Dificuldade em nomear objetos e pessoas (disnomia);
- Dificuldade com direita e esquerda;
- Dificuldade em organização (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA, 2010).

Vale ressaltar que, aspectos afetivos emocionais prejudicados, trazendo como consequência: depressão, ansiedade, baixa autoestima e algumas vezes o ingresso para as drogas e o álcool.

É importante lembrar que os sintomas que podem indicar a dislexia, antes de um diagnóstico multidisciplinar, só indicam um distúrbio de aprendizagem, no entanto, não confirmam a dislexia, pois tais sintomas também podem indicar outras situações como: lesões, síndromes, etc.

5.1 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS PARA FAVORECER O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DISLEXIA

Nós professores, sabemos da importância de proporcionar aos nossos alunos o ensino da língua escrita. Consideramos que na escola “deve haver lugar para todos, pois é somente através da convivência e aceitação entre as diferenças pessoais que aprendemos a construir uma humanidade com valores de justiça e generosidade.” (ESTILL, 2003, p. 62). Políticas públicas garantem o acesso de todas as crianças à escola. Apesar disso, “muitas não têm aprendizagem garantida e chegam à idade adulta sem conseguir ler e compreender o que está escrito”, afirma Glat. (2007, p. 65). Pois, enquanto o número de alunos matriculados cresce nas escolas, cresce, também, o número de alunos fracassados. Ciasca (2003, p. 8) acredita que o professor:

[...] deve estar preparado para a árdua tarefa de lidar com disparidades. Antes de tudo é preciso saber avaliar, saber distinguir, saber e querer mudar, respeitar cada criança em seu desenvolvimento, habilidades, necessidades e individualidade, porque só dessa forma a aprendizagem será efetiva e a escola cumprirá o seu papel.

Nenhum professor quer que seu aluno fracasse, acredita Glat (2007), que “um dos maiores desafios para os profissionais da Educação é distinguir quais são os alunos que têm *dificuldades* daqueles que têm os chamados *distúrbios de aprendizagem*.” (GLAT, 2007, p. 65). Com objetivo de favorecer subsídios para compreensão destes fatores Glat considerou importante distinguir dificuldade de aprendizagem de distúrbio de aprendizagem. Para a autora, mesmo que a criança apresente um distúrbio de aprendizagem ele é capaz de ter sucesso acadêmico, mas para isso se faz necessário um tratamento adequado.

O diagnóstico deve apontar caminhos ajudando a instituição escolar a compreender o que se passa com o aluno, ainda que cada um seja completamente diferente do outro, mesmo com diagnósticos semelhantes. Evitando rótulos e buscando atender às necessidades individuais do educando será possível prevenir, ou minimizar dificuldades de aprendizagem (GLAT, 2007, p. 66).

Então, diagnosticar e/ou conceituar os problemas no âmbito escolar só terá sentido se for para traçar estratégias de ação que busquem metodologias e recursos que objetivem colaborar com a aprendizagem.

Ao se falar de distúrbio ou transtorno de aprendizagem Glat (2007) diz que estão relacionados a um aspecto do funcionamento orgânico do sujeito.

Apesar de não haver “cura” para esta condição, isso não significa, necessariamente, que o indivíduo que tenha esse tipo de distúrbio terá uma dificuldade de aprendizagem se lhe forem garantidas as condições para atendimento de suas necessidades dentro e fora do espaço escolar (GLAT, 2007, p. 68).

Crianças e jovens com distúrbios de aprendizagem só mais recentemente (BRASIL, 2001) foram incluídos na legislação brasileira no sentido de dar maiores garantia de inserção e permanência na classe regular quando classificados como alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o mencionado anteriormente, a Dislexia e os Distúrbios do Desenvolvimento da Linguagem (DDL) uma percentagem expressiva de crianças em idade escolar apresenta dificuldades no processo de alfabetização e na aquisição da linguagem oral e escrita. A leitura pode realizar-se através de dois circuitos neurais distintos. Na leitura semântica a palavra como um todo é

identificada na área de reconhecimento de palavras e a partir daí associada ao seu significado.

Por serem incapazes de reconhecer e/ou produzir, adequadamente, os fonemas da sua língua materna, essas crianças encontram grandes dificuldades na associação dos grafemas (sílabas) aos fonemas (sons) que constituem uma palavra. Por esse motivo, os processos de alfabetização silábica impõem a essas crianças uma dificuldade adicional na aprendizagem da leitura e escrita.

A dificuldade de aprendizagem, muitas vezes, pode estar relacionada com a falta de interesse dos alunos de acompanharem aulas tradicionais, pois em envolvidos com a mídia e com tanta tecnologia, ficar sentado durante 4 horas atentos a ouvir um professor explicando um conteúdo, não é muito atrativo aos atuais alunos. Glat (2007, p. 68) faz a seguinte comparação “é como se a escola fosse uma ilha pouco atraente, e não raramente ouvimos o aluno dizer que estudar “é chato”.

Para que a aprendizagem do aluno ocorra, acredita Glat (2007), que as condições psico-afetivas, sociais, psico-cognitivas e orgânicas devem estar em equilíbrio com as condições que a escola oferece. A criança disléxica pode aprender a ler e escrever, mas para isso ela precisa de se encontrar no processo de aprendizagem, precisa se conhecer e direcionar formas que a leve a aquisição da linguagem. A criança necessita de se encontrar acolhida pela escola e pela família, acrescenta Estill (2003, p. 69) que o papel fundamental do professor, nesse processo, é “acreditar e investir na capacidade de auxiliar, bem como na capacidade de seu aluno disléxico de ser auxiliado.”

Vale ressaltar que a criança não adquire a dislexia, ela nasce disléxica. Então, o disléxico que não sabe que é disléxico, ingressa na escola e começa a apresentar alguns sintomas semelhantes ao das dificuldades de aprendizagem. Nesse momento o professor é “figura” importantíssima na vida desse aluno, pois cabe a ele percebendo as dificuldades desta criança, ajudar e incentivar este aluno, de modo que ele desperte como um leitor. O professor não pode permitir que rótulos negativos como: “preguiçoso”, “desinteressado”, “incompetente”, “irresponsável”... conduza a criança ao fracasso escolar, acrescenta Estill (2003, p. 63) “são estes rótulos negativos que vão apagando na criança disléxica o seu desejo inicial de aprender a ler”.

Como estratégia, é sugerida que a criança disléxica possa adquirir esse conhecimento com o emprego da linguagem oral e com o auxílio de recursos visuais que aumentem seu sucesso na aprendizagem. A escola deve também adequar o seu programa de avaliação do desenvolvimento da criança disléxica à sua dificuldade na leitura e escrita.

Estas alusões são ratificadas por Braggio (2006), que propõe mudanças na escola. A pesquisadora aborda os seguintes procedimentos pedagógicos para se lidar com alunos disléxicos:

- **provas escritas**, de **caráter operatório**, contendo questões objetivas e/ou dissertativas, realizadas individualmente e/ou em grupo, sem ou com consulta a qualquer fonte;
- **provas orais**, através de discurso ou arguições, realizadas individualmente ou em grupo, sem ou com consulta a qualquer fonte;
- **atividades práticas**, tais como trabalhos variados, produzidos e apresentados através de diferentes expressões e linguagens, envolvendo estudo, pesquisa, criatividade e experiências práticas, realizados individualmente ou em grupo, intra ou extraclasse;
- **observação de comportamentos**, tendo por base os valores e as atitudes identificados nos objetivos da escola (solidariedade, participação, responsabilidade, disciplina e ética).

Segundo Braggio (2006), a experiência tem demonstrado a necessidade de se manter a comunidade educativa permanentemente informada a respeito da dislexia, sendo que não tem sido necessário que alunos disléxicos fiquem em classe especial. Alunos disléxicos têm muito a oferecer para os colegas e muito a receber deles. Essa troca de humores e de saberes, além de afetos, competências e habilidades só faz crescer a amizade, a cooperação e a solidariedade. Uma alternativa dada por ela refere-se a colocar alunos disléxicos de uma mesma série em classes diferentes, e a experiência tem dado certo.

Braggio (2009) ainda faz outras considerações acerca do comportamento docente, nestas situações:

- O aluno deve ser tratado com naturalidade;
- Deve usar da linguagem clara, objetiva e direta quando falarmos com o aluno;

- O aluno deve sentar-se próximo à mesa do professor;
- Seja simples, utilize frases curtas e concisas ao passar instruções;
- Fale olhando diretamente para ele;
- Verifique sempre e discretamente se o aluno está recebendo a mensagem;
- Certifique-se de que as instruções para determinadas tarefas foram compreendidas;
- Observe discretamente se ele fez as anotações da lousa e de maneira correta antes de apagá-la;
- Observe se ele está se integrando com os colegas;
- Estimule-o, incentive-o, faça-o acreditar em si, a sentir-se forte, capaz e seguro;

Sabemos que não há um método apostilado, nem mesmo uma receita, para se trabalhar com alunos disléxicos, na verdade precisa-se de mais tempo e mais ocasiões para a troca de informações sobre os alunos, sobre os planejamentos de atividades e elaboração de instrumentais de avaliação específicos.

De acordo com Capovilla e Capovilla, amparados em Ellis e Young (1988), há basicamente duas rotas para a leitura: a fonológica e a lexical. De forma que “a realidade psicológica desse modelo de dupla rota tem sido demonstrada de maneira basicamente extensa por meio de observações clínicas e de estudos experimentais com base nos leitores.” (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000, p. 12)

Estill (2003) propõe, ao professor, algumas práticas de ensino para serem trabalhadas com alunos disléxicos. Esclarece a autora que o professor deve trabalhar com disléxicos em particular, procurando aprimorar a linguagem oral, desenvolvendo as capacidades prévias específicas para a linguagem e estimular as funções cognitivas associadas. Estill (2003) considera que estas atividades “permitem ao disléxico melhorar o desempenho na linguagem e buscar o sucesso através de adaptações compensatórias” (ESTILL, 2003, p. 68).

A pessoa que apresenta dislexia pode viver normalmente, o que ele precisa é de aprender a lidar com esse distúrbio, durante o ensino regular, não se

recomenda que este fique fora do ambiente escolar e nem mesmo que fiquem em classes especiais, por isso, se faz necessário diagnosticar precisamente. A finalidade do diagnóstico “não é segregar, mas sim classificar uma dificuldade para melhor conhecê-la e então oferecer os tratamentos adequados” (ESTILL, 2003, p. 63). Assim o diagnóstico de dislexia:

[...] traz quase sempre indicação para acompanhamento específico em uma ou mais áreas profissionais (fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia...), de acordo com o tipo e nível de dislexia constatados. Assim sendo, a escola procura assegurar, desde logo, os canais de comunicação com o(s) profissional (is) envolvido(s), tendo em vista a troca de experiências e de informações.

Todos os professores que trabalham com a classe sabem que tal aluno é dislético e o próprio também sabe disso. Quanto aos colegas, deixamos a critério do aluno: se ele quiser contar para os companheiros, que o faça; se ele quiser que nós o auxiliemos a contar para eles, nós o fazemos; se ele não quiser falar disso com terceiros, ninguém o fará. Dessa forma, temos alunos que já passaram por várias séries sem terem chamado a atenção dos colegas e sem terem sentido a necessidade de revelar-se, assim como há aqueles que o fazem sem cerimônia (BRAGGIO, 2006, p. 64).

Acrescenta Braggio (2009) que atualmente encontramos “professores que já criaram uma metodologia própria para lidar com o aluno dislético”. O que se faz possível quando há comprometimento por parte do professor e, também, quando o aluno permite ser atendido dentro de suas limitações. Sabemos que não há um método apostilado, nem mesmo uma receita, para se trabalhar com alunos disléticos, na verdade precisa-se de mais tempo e mais ocasiões para troca de informações sobre os alunos, sobre os planejamentos de atividades e elaboração instrumentais de avaliação específicos.

6 CONCLUSÃO

A partir do presente estudo, foi possível perceber que muito ainda se tem a fazer para que a leitura e a escrita seja de fato um direito de todos. Uma criança que ingressa na escola e começa a apresentar dificuldades relacionadas à aprendizagem passa por diversas complicações. Muitas vezes, são rotuladas como preguiçosas, desinteressadas, irresponsáveis...

Com este trabalho, verificamos que o professor deve investir e acreditar na sua capacidade de auxiliar seus alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem. É necessário que os profissionais da educação adotem uma postura ética em relação ao aluno.

Tanto a família, quanto os educadores devem fomentar na criança o desejo pela leitura, de forma que as atividades escolares proporcionem esse desejo. Vale ressaltar que de acordo com Estill (2003) os disléxicos aprendem a ler através da ativação de todos os sentidos. Além dos aspectos afetivos que vinculam o aluno às construções do seu conhecimento e dos recursos didáticos e pedagógicos utilizados pelo professor, há um permanente trabalho interno por parte do aluno, decorrente da ativação neurológica que processam as informações recebidas, transformando-as em aprendizagens múltiplas.

Assim, quanto maior a dificuldade, maior será a necessidade de elaborar propostas educacionais individualizada. Além disso, se faz necessário que o professor diversifique as situações de aprendizagem e procure adaptá-la a realidade de seus alunos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ana Cássia da França; ARRUDA, Josilene de França. **Desajustes familiares interferem na escola.** 2009. Disponível em: <<http://www.infoeducativa.com.br/index.asp?page=artigo&id=180>> Acesso em: 20 mar. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA - ABD. **Saiba o que é ABD?** Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura.** São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Jussara de. **Dificuldades de aprendizagem.** Disponível em: <www.brasilecola.com/educacao/dificuldade-aprendizagem.htm>. Acesso em: 25 mar. 2010.

BOARINI, Maria Lucia; MENDONÇA, Daisy. **Arthur Ranos e a higiene mental na educação.** Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../GT1.../102.PDF>. Acesso em: 16 jul. 2010.

BRAGGIO, Mario Angelo. **A inclusão do disléxico na escola.** 2006. Disponível em: <www.dislexia.org.br/material/estudantes/inclusao_dislexico.doc>. Acesso em: 25 mar. 2010.

BRAGGIO, Mario Angelo. **A inclusão do disléxico na escola.** Disponível em: <<http://dislexicosaibaseusdireitos.blogspot.com/2009/04/inclusao-do-dislexico-na-escola.html>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Secretaria de Educação Especial.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=288&Itemid=355> Acesso em 18/10/2010

CAPOVILLA, Alessandra G. Seabra; CAPOVILLA, Fernando César. **Problemas de Leitura e Escrita:** como identificar, prevenir e remediar numa abordagem fônica. São Paulo: FAPESP, 2000.

CIASCA, Sylvia Maria. Distúrbio de aprendizagem: uma questão de nomenclatura. **Revista Sinpro**, Rio de Janeiro, p. 4-8, out. 2003.

LAWSON, A. **Bender infantil:** manual de diagnóstico clínico. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

- COLL, C. et al. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v.
- DOCKRELL, Julie; MCSHANE, John. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- ESTILL, Clélia Argolo. Distúrbio de aprendizagem: uma questão de nomenclatura. **Revista Sinpro**, Rio de Janeiro, p. 4-8, out. 2003.
- FONSECA, Vitor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- KIGUEL, S. M. Abordagem psicopedagógica da aprendizagem. In: SCOZ, B. **Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 25-39.
- LYON, Reid. **A nova definição de dislexia**. 1995. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br/material/artigos/artigo014.html>>. Acesso em: 30 jul. 2010.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**. São Paulo: Moderna, 2003.
- MORAES, Antonio Manuel Pamplona. **Distúrbios da aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica**. São Paulo: EDICON, 1997.
- MOUSINHO, Renata. **Conhecendo a dislexia**. Revista Sinpro, Rio de Janeiro,, p. 26-33, out. 2003.
- PASSERI, Silvia Maria Riceto Ronchim. **O autoconceito e as dificuldades de aprendizagem no regime de progressão continuada**. 2003. 179f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- PIÉRART, Bernadette. A fragmentação do conceito de dislexia. In: GRÉGOIRE, Jacques; PIÉRART, Bernadette. **Avaliação dos problemas de leitura: os novos modelos teóricos e suas implicações democráticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 19-33.
- RAMOS, Arthur. **A criança problema**. 4. ed. São Paulo: Casa do Estudante do Brasil, 1950.
- SALGADO, Cíntia Alves. **Programam de remediação fonológica em escolares com dislexia do desenvolvimento**. 2005. 161f. Tese (Mestrado em Ciências Médicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SIRCILLI, Fabíola. **Arthur Ramos e Anísio Teixeira na década de 1930**. 2005. Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/31/05.htm#_ftn1>. Acesso em: 26 jul. 2010.

SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. São Paulo: Nacional, 1967.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2010

VAN HOUT, Anne; ESTIENNE, Françoise. **Dislexias**: descrição, avaliação, explicação, tratamento. 2. ed. Porto Alegre. ArtMed, 2001

ZORZI, Jaime Luiz. **Aprendizagem e distúrbios da linguagem escrita**: questões clínicas e educacionais. Porto Alegre: Arimed, 2003.

ZORZI, Jaime Luiz. Dislexia, distúrbios da leitura-escrita... de que estamos falando? **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 17, n. 46, p 13-19, 1998.